

III. O PODER DE CENSURA

Há um texto de lei, vigorante no Brasil, a que chamam de Constituição. Como tal, seria a Lei das leis. A Lei Suprema. A Lei Magna. Nunca é demasiado consultá-lo.

As Ciências, as Letras e as Artes são livres (art. 179).

É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação, independentemente de censura, salvo quanto a diversões e espetáculos públicos, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

E mais adiante:

A publicação de livros, jornais e periódicos não depende de licença da autoridade (art. 153, § 8º).

O amparo à cultura é dever do Estado (art. 180).

E, no entanto, Sr, Presidente, Srs. Senadores, a cultura está fene-
cendo, entre nós.

Por que?

Os fatores podem ser vários, mas há um que ressalta, logo à primeira vista, a quem quer que se detenha no exame do assunto. É a censura.

Com efeito, a censura campeia neste País, torna letras mortas aqueles princípios, incorporados não apenas em textos ditos constitucionais mas à própria consciência democrática dos povos cultos.

Tais limitações admitidas pelo texto constitucional repelem a censura nos moldes em que ela se efetiva no Brasil: censura prévia, intolerante, abusiva, agressiva, insultuosa, discriminatória, a que faltam, não raro, até mesmo critérios objetivos.

O desenvolvimento cultural pleno de uma Nação pressupõe liberdade tranqüila para os que pensam, os que escrevem, os que representam, os que tocam, os que cantam, os que pintam, os que desenharam, os que ensinam, os que lêem, os que vêem, os que ouvem, os que aprendem.

Exatamente o contrário do que ocorre, entre nós.

Assim, Chico Buarque de Holanda não deve cantar. Dezenas e dezenas de composições suas têm sido vetadas. Censuradas. Impedidas de irem para o disco ou para os espetáculos. É preciso calar sua voz. Para isso, desestimulá-lo. Marcá-lo. Fazê-lo desistir. Se não se conseguiu emudecê-lo, tem-se conseguido restringir suas criações artísticas.

Não precisam, diretamente, do AI-5. Basta a censura, a cargo do Departamento de Polícia Federal, que vê, facilmente, fantasmas de subversão e atentados contra a moral e os bons costumes. Censura viçosa e eficiente, que encontra seu terreno fértil no regime autoritário que se implantou neste País.

Nessa base quantas músicas de Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros não têm sido proibidas ou mutiladas em seus versos e estrofes?

Quantos outros cantores não têm sido impedidos de cantar e o povo impedido de ouvir os seus cantos?!

No teatro, temos o exemplo de Plínio Marcos, o autor proibido, com tantas peças igualmente censuradas. Há algum tempo, quis, em vão, acender seu *Abajur Lilás*. Ele ficará apagado pelos tempos afora. Pelo menos, enquanto permanecer a noite escura em que vivemos. É obra condenada. Peça que não será exibida. Incluída no *index* governamental, será jogada na fogueira dos condenados à morte. Os palavrões pornográficos de *Dois Perdidos Numa Noite Suja* não encontrarão nova guarida...

Para provar, *in casu*, a justeza da censura, o texto foi entregue, na época, aos jornalistas credenciados na Presidência da República – nunca à jornalistas! Essa distinção é preciosa, porque mostra o mundo em que alguns ainda vivem. É que o pudor oficial está aguçado. E julgam, por certo, que assim o exige a defesa do mundo ocidental e cristão... Apesar disso, todos eles, inclusive “as meninas”, leram e julgaram a peça interdita, chegando à conclusão unânime de “condenação à censura de obras literárias, sejam elas boas ou más, numa reafirmação da livre produção do espírito de cada um”.

Ricardo Abrantes, do jornal de Brasília, fez, a propósito, esclarecedora crítica que revela o “estágio” em que nos encontramos. Ei-la:

Abajur Lilás, de Plínio Marcos, é o que se pode chamar, tecnicamente, de uma peça moralista. Uma *morality play* no melhor estilo do teatro inglês do Século XV.

O fato dos seus 5 personagens serem 3 prostitutas, 1 homossexual-cafetão e um sadomasoquista-assassino, e suas 50 páginas conterem perto de mil palavras catalogadas como palavrões, em nada indicam que se trata de uma obra imoral, ou propagadora dos maus costumes.

Pelo contrário, trata-se de uma das mais terríveis e eloquentes denúncias sobre o estado de um número razoável de homens e mulheres, que vivem o “submundo” marginal da prostituição e da exploração mais degradante do sexo. Quem assistisse tal peça – assim como quem a leu com o mínimo de espírito crítico – sairia nauseado e horrorizado. O que prova que a peça nada tem de imoral, excitante ou propagadora da dissolução social. Nada do que ela exhibe convida a repeti-la ou anima a revivê-la.

A agressão dos palavrões, da sordidez do ambiente (a peça passa-se inteiramente num pequeno quarto de bordel de última classe), da miséria humana dos personagens nada mais faz do que despertar um sentimento de repulsa contra o que seriam as práticas realmente imorais. Ora, se uma obra denuncia a imoralidade, ela é obviamente moral.

Na verdade, a peça é um libelo. Seus termos realistas – talvez até uma forma primária e insólida de naturalismo, à Século XIX – nada mais fazem de que provocar reações contra as seguintes situações, que nada honram a nossa sociedade e que somente são toleradas por uma questão de hipocrisia.

Por exemplo: a peça, que a prostituição é alimentada pela corrupção policial acionada pelo dinheiro dos cafetões, empresários ou meros exploradores de prostitutas.

Outro exemplo: a peça mostra que um número razoável de prostitutas – no modelo dos dramalhões mexicanos da Pelmed de saudosa memória – são mulheres oprimidas por desgraças sociais. Um dos personagens, Dilma, é uma mãe desgraçada, que adora um filho e foi induzida à prostituição como forma de obter recursos para garantir-lhe o futuro, numa prova evidente de que o nosso mecanismo de proteção social não existe ou não funciona.

Mais outro exemplo: o personagem Giro, homossexual que vive da exploração do quarto sórdido onde vivem as prostitutas, é um egresso de asilo de crianças abandonadas e atribui seu homossexualismo à vida nessa instituição, raciocínio que pode ser primário, repetitivo mas, infelizmente, é verdadeiro.

É estranho, para quem lê a peça, sabendo-a censurada em todos os escalões da autoridade policial, do censor ao Ministro da Justiça, que essas mesmas autoridades, enquanto se indignavam com o realismo do *Abajur Lilás*, não tenham paralelamente se lembrado de uma ação, tão radical e ascética (como a de li-

vrar o público de conhecê-la) no sentido de enfrentar o grave problema do marginalismo social urbano.

O *Abajur Lilás* é um caso típico de “literatura testemunhal”, ou seja, é uma ficção que persegue a realidade, em busca de imitá-la, com uma veracidade incrível. Seus palavrões não são gratuitos, são autênticos.

Devemos reconhecer que é mais fácil ao Governo censurar uma peça, alegando imoralidade, do que enfrentar as desgraças sociais e humanas que ela denuncia. Mas, parece-nos primário que um importante setor governamental, dedicado ao exame de obras de arte, comporte-se tão simploriamente diante de uma peça como *Abajur Lilás*. Num país moderno – queiram ou não queiram os que nos julgam condenados a jamais viver numa democracia – como o Brasil, com uma sociedade cada vez mais escolarizada, com as universidades cada vez melhor equipadas e se buscando a melhoria da sua qualidade – parece-nos imperdoável que não tenhamos uma censura crítica. A proibição de *Abajur Lilás* poderia dar-se sob os argumentos mais diversos, mas, seguramente jamais por motivos estéticos (a peça não é uma obra-prima, mas é de excelente qualidade teatral com uma ação concentrada e um *timing* seguro) ou morais. Talvez por razões de vergonha nacional, face às denúncias que faz e uma vez que a nação que desejamos construir não convive formalmente com a miséria que a peça apresenta. Por motivos de segurança nacional, de defesa dos princípios da família e da própria constituição da sociedade cristã, também não seria proibida, já que, como toda “moralidade” – e assim a empregou exaustivamente a Igreja Católica na Idade Média – ela tem o efeito, tão santificante quanto confessional, da penitência.

Mas, a felicidade da censura brasileira, nos seus inumeráveis escalões, é que não viva ainda, e muito menos entre nós, um gênio satírico como Bernard Shaw, que seguramente se aproveitaria desse melancólico episódio do *Abajur Lilás* para criar outra peça, ou pelo menos acrescentar algumas dezenas de páginas a uma nova edição da introdução ao *Pigmalião*, que o público conhece da versão água-com-açúcar da Broadway (e depois de Hollywood) que foi *My Fair Lady*.

O dramaturgo Plínio Marcos é um perfeito velho Deolittle, pai de Elisa (a vendedora de flores do mercado de Londres que o professor Higgins transforma numa *lady*, simplesmente ensinando-a “a falar correto o idioma inglês”), que era um aparente marginal, mas, na verdade, um profundo moralista. Descoberto pela Liga Moralidade, deixa a boemia e a vagabundagem: transforma-se em conferencista disputado pelos grandes auditórios do mundo.

A forma – no caso, os paupérrimos palavrões e a situação do drama de Plínio Marcos – é um detalhe seguramente secundário em *Abajur Lilás*. E, infelizmente, a censura se preocupa com a aparência, não descobre a essência.

Na verdade, o que parece ocorrer, em nome da moral e dos bons costumes, é a camuflada censura política, através da qual todos os regimes fortes procuram encobrir certas denúncias de mazelas que a sociedade agasalha e faz prosperar.

Nesses últimos tempos, mais de 400 peças teatrais foram censuradas. É a maneira mais eficiente de matar, no nascedouro, novas vocações artísticas. É que, como afirmou recentemente Paulo Autran, “arte é criação, e liberdade de criação é expressão”; portanto, “no momento em que não há esta liberdade, deixa de haver arte”. Quando nada, limita-se e condiciona-se a criação artística, desde que, ante a intolerância da censura, os autores são levados a se autocensurarem.

Plínio Marcos, hoje, é um símbolo do teatro brasileiro golpeado de morte. Apesar de um dos dramaturgos mais premiados do País, tem que estancar o veio de seu gênio criativo, a exemplo de outros muitos teatrólogos malditos.

Daí por que o nosso campo teatral, atualmente dominado pela insegurança e até quase o pânico, já não é tão produtivo e tão fértil como o de há alguns anos passados. Feneceram grupos teatrais como o *Oficina*, o *Arena* e o *Opinião*, que faziam trabalhos sérios. Cerceamentos de toda ordem levam o desestímulo a outros centros de criação artística, como o das Universidades. Não se distinguem, sequer, peças estritamente políticas das temáticas de conteúdo social. No final, tudo cheira a arte engajada e, como tal, condenada.

Tem ocorrido casos de grotesca incoerência: o Ministério da Educação e Cultura premia peças teatrais que são impedidas, pela censura federal, de serem vistas pelo povo. Entre os autores premiados e paradoxalmente proibidos de apresentarem as respectivas obras estão o falecido Oduvaldo Viana Filho, Consuelo Castro, Millor Fernandes, Chico Buarque e Ruy Guerra.

Em mesa-redonda promovida pela *Revista Visão*, em 9-6-75, Flávio Rangel afirmava que:

A dramaturgia de temas psicológicos não está proibida, pois o que realmente foi cassado no Brasil é a dramaturgia que levanta problemas de nosso povo e da nossa época.

Ao que acrescentou Juca de Oliveira, presidente do Sindicato dos Atores:

O autor que se preocupar com problemas existenciais está liberado: ele pode colocar os temas da perplexidade, da angústia, do

desamparo e até do desespero, contanto que eles não tenham relações com a sobrevivência.

E, para vergonha nossa, esclarecia Paulo Pontes que:

Só há dois países na América Latina que têm censura prévia: o Brasil e o Chile.

Os possíveis incentivos governamentais, inclusive de ordem material, perdem seu valor, pois, denuncia Plínio Marcos, que “os incentivos são para o bem comportado” e que “teatro bem comportado é teatro acomodado”. O fato é que teatro popular, voltado para a análise dos problemas brasileiros é, praticamente, coisa do passado, quando, temerariamente, tentou-se deixar de importar cultura e contribuir para nosso desenvolvimento cultural e intelectual, em termos, inclusive, da emancipação mental.

Citemos, mais uma vez, Flávio Rangel:

Não interessa ao poder a colocação real de uma problemática brasileira, seja no palco, na televisão, na imprensa ou no cinema. Na realidade, todos nós vivemos até algum tempo atrás a alegria de um milagre brasileiro que não existiu. O braço burocrático repressor impede a denúncia dessa realidade...

Esse tipo de repressão oficial não fica apenas no campo da música ou do teatro, mas chegou aos livros, ultimamente também sujeitos à censura prévia que expande, assim, seus pruridos moralistas... Obras traduzidas, que circulam livremente em outros países, são aqui proibidas. A esse propósito, Alceu Amoroso Lima já afirmou que, hoje, as nossas instituições político-sociais se fecham à criatividade e à renovação, tornando difícil à literatura e à arte desempenharem o seu papel.

Ainda recentemente, a Associação Brasileira do Livro dirigiu aos seus associados a circular nº 1/77, relacionando 356 livros cuja venda se encontra proibida pelo Departamento de Censura da Polícia Federal, do Ministério da Justiça. Entre eles, estão os livros *Feliz Ano Novo* de Rubem Fonseca, que já tinha a primeira edição esgotada, e *Ditadura dos Cartéis*, do empresário Kurt Rudolf Mirow, que denuncia à ação nociva das multinacionais em nossa economia.

Esmera-se a Censura, igualmente, no cinema que nos é dado ver e fazer. Filmes estrangeiros, da mais alta qualidade, têm, aqui, a sua exibição proibida. Enquanto isso, as platéias deliciam-se com nossas sucessivas comédias eróticas. Restrições do ponto de vista crítico e cultural pouco importam, pois o povo ali está, às gargalhadas. E – justiça se faça – a censura lhes é liberal, deixando soltar, à larga, a imaginação criativa dos cineastas desse gênero, em detrimento dos que, incentivados, melhor poderiam mostrar aspectos vários de nossa problemática social.

Em compensação à Censura não escapa a imoralidade de certos quadros, como os de um tal de Picasso, conforme foi notificado em 9/1/73, pelo *Jornal do Brasil*, nos seguintes termos:

O Ministro da Justiça proibiu a venda em todo Território Nacional das *Gravuras Eróticas* de Picasso, consideradas contrárias à moral e aos bons costumes. As publicações já foram colhidas das bancas e livrarias onde eram vendidas.

Tudo isso, seria cômico, se não fosse trágico.

Novelas, como *Despedida de Casado, ou Roque Santeiro*, de Dias Gomes, têm sido igualmente censuradas ou proibidas.

Os cultos e sensíveis censores da Polícia Federal talvez lamentem que, por se falar tanto de censura prévia à imprensa neste País, tenhamos perdido Camões, diariamente transcrito, durante longo tempo em *O Estado de São Paulo*... Bem que ele poderia ter sido aproveitado nos quadros redacionais de outros periódicos então igualmente garroteados, como a *Tribuna da Imprensa*, o semanário *Opinião*, a revista *Veja*, a *Argumento* ou, ainda, *O São Paulo*, este da Arquidiocese de São Paulo.

Nem o humorismo escapou às suas inflexíveis tesouras, a exemplo do *Pasquim* que, por isso mesmo, terminou perdendo uma de suas maiores figuras que é Millôr Fernandes.

Certa vez, o diretor de *Opinião*, Fernando Gasparian impetrou Mandado de Segurança contra a censura prévia. O Tribunal Federal de Recursos deu-lhe ganho de causa. De nada adiantou, pois o Presidente da República de então (1973), emitiu um despacho em processo administrativo, institucionalizando, com base no artigo 9 do AI-5, a censura prévia no semanário em questão. *Opinião* terminou fechando suas portas, após quatro anos e meio de existência, tendo circulado 230 vezes (221 NÚMEROS SOB CENSURA PRÉVIA). Das 10.548 páginas escritas, metade foi proibida pelos censores. Preso três vezes, seu proprietário continuou a prestar depoimentos no DOPS, por desobediências às determinações da Polícia Federal, relativamente a edição de seu jornal.

Carta, datada de 15 de maio de 1975, assinada pelo jornalista Hélio Fernandes, endereçada ao Sr. Ministro da Justiça, esclarece bem a situação em que vive, ainda hoje, a *Tribuna da Imprensa*.

Vale transcrevê-la, como sinal de uma época:

Exmº Sr. Dr. Ministro da Justiça
Armando Ribeiro Falcão

Saudações respeitosas

Chego ao ponto máximo de exaustão, e confesso a V. Exª que é impossível fazer jornal com a censura terrível que permanece na *Tribuna da Imprensa*. Há 6 anos com censura prévia, reconheço: fui dominado por uma grande esperança e até euforia, a partir de 15 de março de 1974. Pensei que voltássemos não aos tempos da liberdade com responsabilidade, que é o que deveria vigorar sempre, mas pelo menos a um regime que poderíamos definir como sendo de censura com responsabilidade. Que foi, aliás, o que prevaleceu no início da censura prévia, quando ela foi exercida pelo Exército, oficialmente.

Sendo contra toda e qualquer forma de censura, pois considero que na Lei de Imprensa, na Lei de Segurança e até no Ato nº 5 estão os remédios que podem ser utilizados nos casos de subversão (que jamais foi o nosso caso) ou de incitamento à desordem e ao caos (idem, idem), admito que a censura prévia, como foi iniciada em 1969, pelo menos não prejudicava à *Tribuna*, nem ao jornal, nem à empresa.

Naquele tempo, o encarregado da censura prévia (que durou 8 meses) era o Coronel Carlos Pinto, então chefe do Serviço de Informações, da 1ª Região Militar, subordinado direto do Comandante da 1ª Região Militar, General Sylvio Coelho da Frota. Estou dando todos os detalhes para que V. Exª possa comprovar como a censura prévia se exercia. Ela tinha objetivos, tinha orientação, procurava apenas evitar que se publicasse aquilo que o Governo não desejava ver publicado, mas não se exercia com brutalidade, com irresponsabilidade ou com insensatez.

E havia um sistema de mão dupla diário, funcionando da censura para o Coronel Carlos Pinto, mas também de nós para o Coronel Carlos Pinto. Todos os dias ele recebia as matérias que haviam sido cortadas e todos os dias examinava essas matérias para saber se os censores haviam exorbitado. E também todos os dias eu telefonava para ele quando considerava que haviam cometido excessos, e então o Coronel, cavalheirescamente, aceitava ou não as minhas ponderações. Mas sempre dentro de uma diretriz superior, e de um diálogo perfeitamente cordial. Quase sempre, atendia às ponderações, pois eu sabia que a censura prévia não se exercia como violência prazerosa e sim como imperativo de uma exigência circunstancial. Mesmo não concordando com a censura prévia, compreendemos que a ocasião exigia que

se utilizassem métodos pouco liberais e nos submetemos. Não concordava mas acatava, pois outro recurso não me restava. E os militares (todos oficiais da ativa) que participaram da censura prévia à *Tribuna da Imprensa* nesses 8 meses, foram unânimes em testemunhar: nunca houve da nossa parte qualquer tentativa de burla, de enganar a censura, de tentar publicar alguma coisa que havia sido lida e vetada.

Cumprimos o nosso dever sem hesitação e com firmeza, firmeza que nascia de uma convicção de toda a vida, já que fomos e somos jornalistas a vida toda, única e exclusivamente, não tivemos jamais outro emprego ou outra ocupação. E os que realizavam a censura prévia por ordens superiores cumpriam também o seu dever. Portanto, providenciávamos, nós e eles, que a experiência decorresse senão com cordialidade, pelo menos num clima de respeito mútuo, sem choques inúteis e desnecessários. Nós não tínhamos força armada, e portanto aceitávamos a censura prévia como uma violência imposta ao exercício do nosso direito e da nossa profissão, mas não passávamos daí. Os que faziam a censura prévia também compreendiam a delicadeza da missão e exerciam-na sem violência, sem exorbitância. Procuravam, aliás, cortar o mínimo possível.

Um dia, em 1970, o próprio General Sylvio Coelho da Frota comunicou que a censura prévia do Exército havia terminado. E, no mesmo dia, começou a censura prévia exercida pela polícia. Censura que dura até hoje, da mesma forma incoerente, violenta, atrabiliária, sem rumos e sem orientação, variando ao critério dos censores ocasionais e sem que haja recursos de qualquer espécie a instâncias superiores.

Discriminado de todas as maneiras desde 1963 (quando fui o único civil preso no Governo do Sr. João Goulart) até hoje, já conheci tudo: prisões, confinamentos, cassação, suspensão do jornal, censura prévia, discriminação publicitária, intimidações as mais variadas, não há nada que não tenha sido tentado e executado contra mim. A tudo suporrei sem reclamar ou, até mesmo, sem protestar, a não ser eventualmente pelos meios públicos que ainda me restavam, pois sempre entendi que a razão estava com Bernard Shaw quando afirmava: "Paguei e continuarei pagando o preço exigido pelo meu direito de dizer a verdade. Ou pelo menos o que eu pensei que fosse a verdade".

Nesses 6 anos, quanto desperdício, quanta contradição. Nunca tantos se acirraram tanto contra um só. Cortavam e proibiam hoje o que era permitido amanhã, vetavam amanhã o que havia sido permitido ontem. E tudo agora ficou mais difícil, mais arbitrário. Quando a partir de 15 de março de 1974 esperei (e me esperancei) que a situação melhorasse, foi aí que tudo piorou.

Não há explicação, pois no geral a censura evidentemente melhorou para os outros. Mas no particular, V. Exª poderá mandar apurar como piorou a situação para nós. É inacreditável, mas é rigorosamente verdadeiro.

Além da censura prévia, propriamente dita, existem as perseguições que nos trazem enormes prejuízos e à qual não poderemos mesmo resistir, pois conjugam prejuízos de ordem econômica e financeira que estão acima das nossas posses. Para que V. Exª tenha uma idéia, dou um exemplo: Já pedimos que os censores chegassem à redação no mais tardar entre 9 e 10 horas, para que não atrasassem a impressão do jornal. Geralmente chegam depois de meia-noite, se recusam a ler as matérias no original, o que economizaria tempo e dinheiro, só admitem ler depois da composição. Ora, é facilímo compreender: depois de tudo composto surgem então os vetos, sempre abundantes. Então, tudo o que foi composto é jogado fora, num desperdício de tempo e dinheiro.

Depois, como chegam muito tarde, a impressão atrasa e temos que pagar pesados extras a linotipistas, revisores, emendadores, paginadores, compositores, impressores, auxiliares de toda ordem. Não temos condições de resistir a esses prejuízos. E depois, mais prejuízos: como rodamos tarde (ontem, por culpa exclusiva dos censores, rodamos às 5 horas da manhã, um jornal que estava pronto para entrar em máquina logo depois da meia-noite e meia) perdemos a distribuição direta, feita pelos próprios jornalheiros. Então, a distribuição tem que ser feita por nós mesmos. Como existem quase 6 mil bancas só na antiga Guanabara (sem falar no Estado do Rio, propriamente dito), veja V. Exª que vamos acabar essa distribuição quase na hora do outro jornal já ir para as bancas. Prejuízos em cima de prejuízos, para um jornal e uma empresa violentamente prejudicados por perseguições de toda ordem, as diretas e as indiretas, as visíveis e as invisíveis, as que são públicas e as que são apenas entrevistas.

E toda essa censura prévia, Sr. Ministro, exercida diariamente com mau humor, com má vontade, com evidente agressividade. Os censores (com as exceções de praxe) se julgam donos de tudo, quebram mesas, provocam arruaças, entram no jornal sem se identificarem, às vezes trazem amigos, tumultuando tudo. E não há para quem apelar, não há recurso de espécie alguma. Há dias os censores cortaram uma nota sobre uma conferência a respeito de energia que iria ser feita em Volta Redonda pelo Coronel Paladino. Explicação de um dos censores (o mais feroz e irresponsável de todos, censor que provavelmente não seria aprovado num exame psicotécnico ou do MOBREAL): "Não conheço esse Coronel, não posso deixar passar a nota".

E como foi dito a ele que protestaríamos, ele respondeu desabusadamente: "Não tenho medo de nada". É possível que não tenha mesmo, pois ficou sempre impune.

É assim que fazem a censura prévia na *Tribuna*. Sem contar um fato mais do que inacreditável: a *Tribuna* é hoje ainda o único jornal diário, com censura prévia. O que sai em outros jornais não pode sair aqui. Já pedimos igualdade de tratamento, o que sai nos outros jornais sendo permitido também aqui. Não podemos publicar notícias, comentários, análises, mesmo os mais simples, enquanto os outros jornais dão *shows* de informação e de opinião.

É evidente que isso nos prejudica terrivelmente. E é evidente que sabemos que a censura prévia está na razão direta da importância do veículo. Mas como somos o único jornal diário com censura prévia, teríamos que chegar à conclusão pretensiosa, de que somos o único jornal de importância no Brasil. Recusamos tamanha importância. Mas como explicar tanta censura, que se acirra e endurece na *Tribuna*, enquanto se abranda ou desaparece em outros jornais?

Era o que eu desejava levar ao conhecimento de V. Exª, oficialmente, para as soluções cabíveis. É mais do que claro que alguns censores que aqui exercem a censura não têm a menor condição de fazê-lo; é claro que são também prejudicados pela falta de orientação definida a respeito do que censurar.

O erro é duplo: não têm condições intelectuais de fazer a censura e também não sabem o que censurar.

É o que precisava expor a V. Exª. Na impossibilidade de ser retirada a censura prévia, a ser mantida a violência desnecessária de agora, não teremos nenhuma condição de resistir nem como jornal nem como empresa. O que é melancólico, para quem ainda acredita teimosamente na esperança que se abriu a partir de 15 de março de 1974.

Respeitosamente, *Hélio Fernandes*.

Esta carta, trazendo denúncias tão sérias que comprometem, sem dúvida, o nome do Governo, não teve, jamais, resposta alguma do Sr. Ministro da Justiça, que não se dignou, portanto, a prestar quaisquer esclarecimentos.

Em outros periódicos, não foi preciso impor censura prévia ou ostensiva. Às vezes, nem sequer a telefônica, pois desdobramento da primeira, é a autocensura, fruto do medo decorrente da exemplaridade imposta aos mais afoitos. No rádio e na televisão a coisa torna-se mais fácil ainda, em virtude de dependerem de concessões, passíveis de serem declaradas caducas ou rescindidas. Há sempre "meios legais" de punir os renitentes e, se tudo falhar, existe uma

cândida lei de exceção que, vez por outra, precisa ser acionada para mostrar que “a Revolução não foi, mas é...”

Recentemente, portaria do Ministro da Justiça determinou que “as publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil ficarão sujeitas, quando de sua entrada no País, à verificação prévia da existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes”. Estabelece que se fará a verificação das publicações no local de seu desembarque, por ocasião ou após a abertura dos respectivos volumes pelas autoridades competentes, cabendo ao Departamento de Polícia Federal proceder à averiguação dos livros e periódicos.

É mais uma porta que se fecha, dificultando o nosso conhecimento de obras de pensamento mundial, através de livros, jornais e revistas estrangeiras. Daí o Presidente do Conselho Federal da OAB, advogado Raimundo Faoro, ter afirmado que tal fato se constitui num “quase fechamento de fronteiras, com conseqüências culturais muito ruins”. E é fácil imaginar o problema criado junto às bancas e distribuidoras, até do ponto de vista empresarial, precisando atender a demanda de sua clientela mas inseguras quanto ao recebimento tempestivo de remessas encomendadas.

A verdade é que, enquanto não sairmos do impasse político em que nos encontramos, será este o triste espetáculo que continuaremos a assistir. E, sem Universidade livre, sem imprensa livre, sem cinema, teatro, músicas livres, é a própria cultura brasileira que fenece.

Encerrando o I Ciclo de Debates da Cultura Contemporânea, promovido pelo Teatro Casa Grande, o jornalista Zuenir Ventura, apontando a censura e a desnacionalização crescente de nossa produção artística como dois crescimentos comuns, entre nós, enfatizou:

A nossa cultura hoje ou fala com dificuldade ou fala com sotaque. Num esforço desesperado dá voltas, faz contornos, finge que diz mas não diz, e acaba quase sempre voltando para as gavetas dos seus criadores, quando não é cortada e emasculada. Não chega a se realizar. É uma tentativa tímida e apática, ou uma aventura frustrada e perigosa.

Só um país suicida, pode julgar válido dificultar e deter o processo de evolução cultural do seu povo. Em meio aos desatinos perpetrados, entre nós, contra os mais genuínos Direitos do Homem, as gerações vindouras sentirão os efeitos da verdadeira tragédia em que, nossos dias, vive a nossa cultura, cada vez mais policiada e exangue.